

# **A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA DA SOCIEDADE E O RESSURGIR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

*Kelen Christina LEITE\**

**RESUMO:** O artigo que se segue é resultado de algumas reflexões e discussões desenvolvidas junto ao grupo de Pesquisa Trabalho, Organização Social e Comunitária, bem como junto ao Grupo de Pesquisa Educação, Comunidade e Movimentos Sociais acerca da intrínseca relação existente entre a reestruturação capitalista da sociedade, que tem seu início a partir da crise do modo de regulação fordista/keynesianista e o ‘ressurgir’ da Economia Solidária. O artigo se divide em três momentos. O primeiro busca tratar alguns elementos que caracterizam a o modo de regulação fordista/keynesianista que, em sua crise, a partir dos anos de 1970, abre as portas para a introdução das políticas neoliberais e a conseqüente precarização das relações de trabalho. O segundo momento busca trabalhar reflexões iniciais acerca da concepção de Economia Solidária bem como seu ressurgimento após o recrudescimento das conseqüências socioeconômicas do neoliberalismo. No último tópico, avançando em conclusões, são destacados alguns dos desafios que se colocam para o vasto campo das experiências de solidariedade na economia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reestruturação capitalista. Trabalho. Economia solidária. Neoliberalismo.

## **Introdução**

Desde fins dos anos de 1990 assiste-se a um ressurgir do interesse, na prática e na reflexão teórica, pela Economia Solidária, Social, Civil, Popular, enfim, por atividades econômicas que se pautem por uma lógica que pretende ser diversa à lógica do capital.

---

\* UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba – SP – Brasil. 18048-090 – kelen@ufscar.br

Este artigo busca apresentar elementos que possam servir para uma compreensão desse processo. Deste modo, parte-se do pressuposto que o ressurgir da Economia Solidária, e formas alternativas de economia, relacione-se com o contexto de reestruturação do capitalismo que ganha dramaticidade com as consequências das políticas neoliberais, que se mostraram limitadas quanto à resolução de certas questões socioeconômicas advindas do esgotamento do modo de regulação fordista/keynesianista que, em sua crise nos anos 70, abriu as portas para a reestruturação do processo produtivo em nível tecnológico e organizacional; em nível das relações de trabalho, bem com das políticas do Estado, que havia sido um dos pilares do modo de regulação anterior. A partir de então se intensifica, no Brasil e no mundo, uma retomada do que se convencionou denominar de Economia Solidária, Economia Social, Economia Popular e Economia Civil.

Sendo assim, far-se-á uma discussão sobre o modo de regulação fordista/keynesianista bem como os pontos primordiais de sua crise nos anos de 1970 para, a seguir, introduzir algumas reflexões sobre as concepções de Economia Solidária, abordando, em seguida, o ressurgir de tal Economia e os desafios que a ela se colocam.

## Crise do modo de regulação fordista/keynesianista

Segundo Hobsbawm (1995, 2009), muitas vezes, a sociedade só identifica os períodos excepcionais da história justamente quando eles entram em declínio.

Pode-se dizer que assim ocorreu com os anos de ‘ouro do capitalismo’. Sua exuberância foi verdadeiramente percebida nos conturbados anos da década de 1970, a partir da crise que abala todo o sistema capitalista mundial e a partir da qual se tem uma profunda reestruturação com significativas mudanças no setor produtivo, com a introdução de novas tecnologias e novas formas de organização da produção; no setor financeiro, com a desregulamentação financeira e, em nível do Estado, com a implementação das políticas neoliberais.

Desta forma, os anos de 1970 podem ser tomados como um ponto de inflexão para o entendimento dos acontecimentos do fim do século XX e início do terceiro milênio. A importância desta década é percebida e ressaltada por muitos autores (HOBSBAWM, 1995; 2009); CASTEL, 1995; ARRIGHI, 1997; OFFE, 1997; KURZ, 2004 e outros).

A partir dos anos de 1950, pode-se dizer que se tornou real a sociedade do pleno emprego, pensada e planejada para recuperar-se do pós-guerra, criando um mercado consumidor necessário à produção em massa e detendo o avanço do

socialismo ao estabelecer uma política de compromisso entre capital e trabalho que, pouco a pouco, constituiu-se no Estado do bem-estar social.

Em tal período pode-se dizer que houve um movimento em direção à chamada economia mista, o Estado passou a agir como interventor e regulador da atividade econômica, propiciando um bem estar para a população e incentivando, ainda, a geração de um mercado de consumo em massa, necessidade essa tão bem analisada por Antonio Gramsci (1988, p.375-407) já no célebre *Americanismo e Fordismo*, quando diz que:

O americanismo e o fordismo derivaram da necessidade imanente de organizar uma economia programática. [...] Com isso determinou-se a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e produção. [...] O significado e o alcance objetivo do fenômeno americano constituiu-se no maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem [...] O chamado alto salário do fordismo, é um instrumento para selecionar os trabalhadores aptos para o sistema de produção e de trabalho e para manter a sua estabilidade [...] As mudanças não podem, porém, realizar-se apenas através da coerção, mas só através da combinação da coação com a persuasão, inclusive sob a forma dos altos salários, isto é, de possibilidade de melhorar o nível de vida, ou melhor, mais exatamente, de possibilidades de alcançar o nível de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, que exige um dispêndio de energias musculares e nervosas.

Para Gramsci, portanto, questões de família, de formas de coerção moral, de sexualidade, de consumismo e de ação do Estado estavam todas vinculadas ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador que fosse mais adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo demandado pelo fordismo.

Deste modo, o fordismo significou, para além de um modo de organização do processo produtivo, a reorganização de um modo de vida. Os novos métodos de trabalho tornaram-se inseparáveis de um modo específico de viver, de pensar, de sentir a vida, estabelecendo, portanto, uma nova organização do trabalho; um novo tipo de trabalhador; consumo em massa; nova organização familiar e até uma nova personalidade.

Assim sendo, nos países desenvolvidos, o modo de regulação fordista/keynesianista serviu para reconstruir e dinamizar o capitalismo no pós-guerra, estabelecendo, na prática, o compromisso entre capital e trabalho que buscava compatibilizar a acumulação do capital com uma distribuição de renda apta para

ampliar a demanda global e garantir padrões de vida inclusivos para a maioria da população. Ganhos para os assalariados também foram obtidos em outros países como o Brasil, ainda que de forma diferenciada e, por vezes, menos abrangente.

Economicamente, o equilíbrio desse compromisso entre capital e trabalho dependia da coordenação entre crescimento da produção e lucros estáveis com ganhos e aumentos salariais. Um afrouxamento na ascensão da produtividade e/ou um aumento desproporcional nos salários resultaria, inevitavelmente, em desestabilização.

Sendo assim, o fordismo compatibilizou altas taxas de lucro e acumulação com elevações de salários e do consumo em massa. Porém, por volta dos anos de 1970 este modelo passou a esbarrar em seus próprios limites e contradições internas. Tais limites e contradições tornaram-se evidentes quando o sistema técnico-produtivo esgotou as possibilidades de aumento da produtividade em ritmos suficientes para atender, simultaneamente, às demandas do capital e do trabalho. Então, o consenso social, necessário para dar sustentação ao modelo, entrou em crise, visto que a forma de distribuição social da renda passou a colidir frontalmente com os interesses da acumulação de capital.

Percebe-se, portanto, que a crise que está à base de todo o processo é uma crise de rompimento do consenso social, de esgarçamento do tecido social, rompimento do pacto social.<sup>1</sup>

O regime de acumulação fordista/keynesianista pode ser considerado, assim, uma fase particular do desenvolvimento capitalista, caracterizado por investimentos em capital fixo que criam uma capacidade potencial para aumentos regulares da produtividade e do consumo em massa. Para que esse potencial se realize faz-se necessária uma política e uma ação governamental adequada, bem como instituições sociais, normas e hábitos comportamentais apropriados (o modo de regulação). O keynesianismo é, pois, descrito como o modo de regulação que permitiu que o regime fordista emergente realizasse todo o seu potencial. E este, por sua vez, é concebido como a causa fundamental da crise da década de 1970.

Resumindo, são muitos os fatores que contribuíram para a introdução e sistematização de medidas de proteção social: motivações de caráter normativo; obrigações morais de caráter religioso ou civil; objetivo de controle social, de atenuação do conflito, de garantia da paz e da ordem social; objetivos de formação e reivindicação de direitos através da mobilização dos movimentos operários e sociais em geral; transformações no curso da vida e dos sistemas de necessidades,

---

<sup>1</sup> Para uma discussão sobre as causas essenciais da crise dos anos de 1970 ver: De La Garza Toledo (1995), O'Connor (1977), Altvater (1986), Offe, Jurgen e Windried (1980), Barry (1995), Boyer (1990) e Arrighi (1997).

por exemplo, que emergem da exigência de formação permanente, aumento da presença familiar na esfera do trabalho remunerado etc; mudanças de caráter sociodemográfico, imigração, envelhecimento da população.

A pluralidade de direções que um argumento como esse abre é evidente e, para permanecer em um âmbito circunscrito, a própria reflexão sociológica foi atravessada por diversas correntes interpretativas e de análise, desde as abordagens de matriz prevalentemente marxista, que atribuem o desenvolvimento do Estado do bem-estar social à finalidade e exigências próprias do desenvolvimento capitalista, até abordagens que partem de uma perspectiva durkheiminiana, segundo a qual o desenvolvimento do Estado social é atribuível ao crescente contraste da capacidade de oferecer proteção por parte dos grupos sociais primários e secundários e a complexa intensificação das dificuldades de integração social em contextos de crescente individualização, abordagem essa intensificada por uma perspectiva da Sociologia Política na qual o desenvolvimento do *welfare* (bem-estar) é associado a um processo de democratização das decisões e ao crescente papel político dos grupos portadores de interesses comuns.

Seja qual for o foco de análise adotado, bem como sua perspectiva teórica, insistimos no fato que a reestruturação capitalista, instaurada a partir da crise dos anos de 1970 e levada a cabo nos anos de 1980, intensificada nos anos de 1990 e fazendo sentir suas consequências nos anos 2000, envolveria, portanto, todo o processo produtivo em nível tecnológico e organizacional; as relações de trabalho, isto é, os modos de contratação, de uso e remuneração da força de trabalho, assim como as políticas do Estado, que foi um dos pilares do modo de regulação anterior. Estaríamos, ao lado dos aspectos econômicos, também diante de uma crise de valores.

## Algumas características da crise dos anos 1970

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970 houve, portanto, um esgotamento da capacidade de aumentar a produtividade com a base técnica do fordismo: tornou-se incompatível assegurar aumento da acumulação com aumentos salariais e bens sociais. Instaurou-se, então, a famosa crise dos anos 1970 com algumas características marcantes e resoluções práticas que foram, efetivamente, tomadas no sentido de tentar resolver os problemas advindos da crise.

Na produção verificou-se a resistência dos trabalhadores ao trabalho na linha de montagem, o chamado esgotamento do modelo fordista. A monotonia e a alienação do trabalho expressaram-se no absenteísmo, na displicência, nas

paradas de produção, no trabalho mal feito, nas peças defeituosas e no desperdício, elevando o custo da produção. Na tentativa de solução, as empresas buscaram melhores condições de exploração das oportunidades organizacionais e tecnológicas, oferecidas pelo avanço da automação baseada na microeletrônica, e pelos novos modos de “produção flexível”. Houve também todo o movimento de enriquecimento das tarefas e dos grupos de trabalho semi-autônomos. O que, na prática, significou uma intensificação do trabalho.

A internacionalização da produção foi, por exemplo, uma das respostas do capital à crise do modelo de acumulação fordista frente à força de resistência do movimento operário. A internacionalização significou a transferência de postos de trabalho de áreas com movimento operário forte para áreas com movimentos inexpressivos. Este fato ocorreu, também, dentro de um mesmo país quando indústrias instaladas em grandes centros transferiram-se para regiões onde o movimento operário é menos articulado e organizado, processo esse ainda mais intensificado pela guerra fiscal entre os países ou entre Estados de um mesmo país como a que se assistiu no Brasil, durante a década de 1990, na disputa pelos escassos investimentos produtivos, sejam eles nacionais ou não.

Chesnais (1995, 2004) atribui ao processo de deslocalização em direção aos países que oferecem baixos salários e várias implicações:

A deslocalização de unidades produtivas decorre de relações, cuja iniciativa pertence aos grupos industriais e comerciais dos países que participam do oligopólio mundial e cujo efeito consiste em poder jogar em concorrência a oferta da força de trabalho de um lado para o outro. A expansão do sistema capitalista baseou-se na integração simultânea, no âmbito de Estados-nações “regulados”, de três mercados, o mercado de mercadorias, o de capitais (e tecnologias) e o do trabalho. Pelo seu movimento de mundialização, o capital explode esta integração e, evidentemente, não se preocupa em reconstituí-la. O sistema mundial é fortemente integrado no aspecto financeiro e ainda mais quanto aos investimentos diretos. Mas não é integrado quanto ao preço de venda e às condições de utilização da força de trabalho pelas firmas. Estas têm toda liberdade para explorar como quiserem as diferenças na remuneração do trabalho, entre diferentes países e regiões (CHESNAIS, 2004, p.18).

A mobilidade do capital, favorecida pela liberalização e desregulamentação dos mercados altera, ainda, o poder do Estado-nação, no seio do qual os famosos efeitos compensatórios podiam ocorrer outrora. Anteriormente, mesmo no âmbito capitalista, o combate ao desemprego podia se beneficiar de medidas de proteção alfandegária e incluir medidas legais, cujo efeito era relativamente restritivo para

as empresas limitando sua mobilidade internacional. Atualmente, a situação é completamente diferente: a mobilidade do capital permite que os grandes grupos financeiros “obriguem” os países a padronizarem suas leis trabalhistas e de proteção social, de acordo com aquelas dos Estados que lhes são mais favoráveis (vale dizer, onde a proteção social é mais fraca).

Desta forma, muitos Estados nacionais vêm-se obrigados a promover, em nome da concorrência e da atração de investimentos, na tentativa de gerar emprego e renda, o rebaixamento de seus padrões e condições de trabalho, seja para garantir a permanência de muitas indústrias em seu território, seja no sentido de facilitar, ainda mais, a entrada de grandes empresas que, cada vez mais, buscam países com menores salários, maior flexibilidade de contratação e demissão, menor pressão sindical e condições mais precárias de trabalho.

O resultado final desta liberdade de ação das empresas pode ser mensurado pelo número de postos de trabalho eliminados muito superior aos criados. Interrogasse, porém quais serão, no médio e longo prazo, as consequências também para essas empresas de um mundo cada vez mais polarizado com o poder de consumo sempre mais centralizado em uma pequena parcela da população.

Outra forma de reposta aos problemas enfrentados em nível organizacional pelas empresas foi a terceirização, ou subcontratação de pequenas empresas, seguindo o chamado “Modelo Japonês”<sup>2</sup>. A produção se baseia num pequeno núcleo central de trabalhadores bem pagos, e uma ampla periferia de trabalhadores mal pagos, fracamente organizados e trabalhando em tempo parcial. Esta nova estrutura ocupacional proliferou, fundamentalmente, onde a classe trabalhadora é mais fraca, EUA e Japão. A flexibilidade do mercado de trabalho, suposta vantagem das novas formas de produção capitalista, tem contribuído para enfraquecer a ação sindical (ANTUNES, 2000; RODRIGUES, 2002; GRANJA, 2005; MOLIN, 2009), e para intensificar o trabalho.

A transformação em relação ao mercado, outra característica marcante da reestruturação capitalista e da crise dos anos de 1970, é marcada por uma saturação da produção em massa. Grande parte das classes sociais, com disponibilidade para o consumo, já estava coberta pelo consumo em massa. A procura seria cada vez mais dependente da reposição e não das novas aquisições, gerando assim maiores flutuações no mercado. Além disso, torna-se possível produzir cada vez mais com cada vez menos trabalho vivo. As empresas, portanto, intensificaram a procura por novos meios de aumentar a produtividade e desenvolver novos produtos e novos mercados. Promoveram uma redução do tempo de vida útil dos produtos e investiram no discurso da qualidade total e diversificação da produção.

<sup>2</sup> Sobre o chamado “modelo japonês” vide Hirata (1993); Dejourn (1993); Freyssenet (2000).

Na economia internacional, houve o choque do petróleo e a elevação das taxas de juros na primeira metade dos anos de 1970, mais especificamente em 1973/4, aprofundando a tendência à queda da taxa de lucro das empresas. O preço do petróleo não voltou a cair, mas se estabilizou, voltando a bater novos recordes durante a última invasão dos EUA e seus aliados ao Iraque. Recentemente novas oscilações ocorreram durante os processos contestatórios no Egito.

Em relação ao Estado, houve uma profunda crise do Estado do bem-estar social que passou a ter um déficit muito elevado. É justamente neste momento, e diante desta situação, que se instaurou a política neoliberal como forma de resolver a crise dos anos 1970 no que se refere às políticas do Estado. Apesar do discurso do Estado mínimo, percebe-se que, na prática, para resolver ou minimizar as desordens financeiras globais exige-se sempre mais a coordenação dos Estados ou de órgãos supranacionais para evitar os cataclismos de dimensões que poderiam abalar a acumulação do capital e todo o sistema, haja vista as atitudes intervencionistas do Estado adotadas a partir de setembro de 2008.

Fator de grande relevância passa a ser o papel assumido pelo capital financeiro, sobretudo após o processo de desregulamentação do setor e que Kurz (1993, 2004) define como o predomínio do capital fictício, do crédito governamental e da especulação, que deu origem à época do capitalismo-cassino de dimensões globais. Dentre todas essas características dar-se-á mais relevo à política econômica de cunho neoliberal, pois é a partir das consequências negativas advindas do conjunto de medidas derivadas de tal política econômica que causou um abalo em todos os níveis da sociedade, afetando praticamente todos os Estados, ainda que com consequências muito diferentes devido ao nível e ao grau de desenvolvimento do Estado do bem-estar nos diferentes países. As consequências de tais políticas, para países como o Brasil e tantos outros da América Latina, em que tal Estado de bem-estar nunca chegou a ser uma realidade, são ainda mais devastadoras. É justamente a partir do contexto acima discutido que se retoma o interesse pela Economia Solidária e que se demarca o seu ressurgimento.

## Ressurgimento ou a reinvenção da Economia Solidária

A partir das evidentes consequências das políticas neoliberais, em termos de recrudescimento das desigualdades socioeconômicas, entende-se como e porque os temas da pobreza, da erradicação da miséria e da má distribuição de renda voltaram com urgência à agenda política e econômica, tanto de países desenvolvidos como dos países em desenvolvimento durante toda a década de 1990 e início dos anos 2000 demarcando, assim, o ressurgir e/ou a reinvenção da Economia Solidária.



Como salienta Gaiger (2008, p.32):

Medidas efetivas para romper a lógica reiterativa das desigualdades implicam reconhecer e promover o protagonismo dos pobres, como requisito para que qualquer política em seu favor seja sustentável e durável. Em primeiro lugar, para que sejam sujeitos econômicos, minimamente capazes de reter para si a riqueza que produzem e de incrementá-la paulatinamente, a partir dos ativos materiais, intelectuais e relacionais que possuem e da exploração da sua capacidade de trabalho. Em segundo lugar, para que esse empreendedorismo reverta igualmente em capital social e em recursos de poder, necessários à defesa de seus interesses, contrários àqueles a quem interessa, na outra ponta, preservar sua posição através da perpetuação das desigualdades. As experiências de economia solidária sinalizam traços desse protagonismo. (GAIGER, 2008, p. 32)

Desfeita, portanto, a expectativa depositada no crescimento econômico com consequente desenvolvimento social e constatada a insuficiência das políticas compensatórias, os empreendimentos solidários de geração de emprego e renda voltaram a ocupar a cena adquirindo um novo valor<sup>3</sup>.

A solidariedade e a cooperação começam a ser pensadas a partir da possibilidade de serem, politicamente, articuladas como fatores estratégicos necessários para se enfrentar os desafios colocados pela reestruturação capitalista da sociedade. Isto porque os momentos de crise e de reestruturação podem ser entendidos, também, como aqueles que abrem as portas para uma redefinição dos limites e das possibilidades de mudanças no modo de produção e reprodução da vida social.

Assim, em muitos países, há indícios da criação, em número cada vez maior, de novas cooperativas e formas análogas de produção associada e ainda tantas outras experiências que buscam conjugar economia e solidariedade nas relações de produção. A esse respeito podemos enumerar, por exemplo: o movimento de autogestão de empresas pelos trabalhadores; o comércio équo e solidário, agricultura ecológica, consumo crítico, consumo solidário, Sistemas Locais de Emprego e Comércio (LETS), Sistemas Locais de Troca (SEL), Sistemas Comunitários de Intercâmbio (SEC), rede global de trocas, economia de comunhão, sistemas de microcrédito e de crédito recíproco, bancos do povo, bancos éticos, grupos de compras solidárias, movimentos de boicote, sistemas locais de moedas sociais,

---

<sup>3</sup> Há que se demarcar que, desde 2001, a desigualdade de renda no Brasil apresentou tendências de redução, embora sem garantir ainda uma mudança efetiva. É preciso, segundo Neri (apud Gaiger: 2008), que essa inflexão perdure por muito tempo para compensar as desigualdades produzidas entre 1970 e 2000.

cooperativismo e associativismo popular, difusão de softwares livres, entre muitas outras práticas que costumam ser situadas como alternativa ao modelo vigente, entrando no vasto campo da chamada Economia Solidária.

Nas palavras de Holloway (2003), Economia Solidária pode ser entendida como um embrião de uma nova sociedade, como forma típica de um novo modo de produção antagônico ao modo de produção capitalista. Ela permanece no campo da ética marxista, mas não em todas as suas concepções político-econômicas e estratégicas. Trata-se de um novo conceito de revolução. Tal conceito se aproxima do que Singer (1999) denomina de revolução social que, necessariamente, passa pela questão cultural/educacional, pois se faz necessário que seus integrantes a entendam, vivam-na, “experiem-na” como uma economia não-capitalista e isso só ocorre na medida em que se possui consciência do que se faz, pois a Economia Solidária:

[...] é um ato de vontade de construir, por lutas e outras formas, uma sociedade, vamos dizer, não ideal, mas melhor daquela que temos aqui [...] A Economia Solidária é um projeto revolucionário, é um projeto para outra sociedade, e isso nos permite formulá-la como nós desejamos. E para isso seus empreendedores precisam de uma formação política. Ademais não se concebe uma economia solidária sem uma cultura solidária. As pessoas precisam estar convencidas de que aquele é o melhor caminho para si e para todos e todas (SINGER, 2005a, p.11-13).

Para Gadotti (2009, p.45) há, ainda, outro componente essencial na Economia Solidária e que diz respeito à alteridade.

Não se pode pensar numa cultura para a solidariedade sem a formação para a sensibilidade. A cultura solidária e a educação estética estão intimamente relacionadas. A educação estética mobiliza para a sensibilidade, abrindo-se para o novo, para o outro, para o diverso. Daí outra dimensão da educação para uma cultura solidária, que é o respeito e a valorização da diversidade cultural. Trata-se de não impor padrões culturais, mas de compartilhá-los, valorizá-los, não estabelecendo uma relação de hierarquia entre eles.

Dessa forma, pode-se compartilhar da ideia de Laville (1998) quando diz que seria possível avançar na hipótese geral de uma revitalização da perspectiva da Economia Solidária como sendo parte, ainda que não exclusiva, das respostas dadas pela sociedade civil, por meio dos movimentos sociais, às mutações contemporâneas que ocorrem no capitalismo.

A originalidade da Economia Solidária consistiria, assim, no fato que essa não reduz o cidadão nem a um trabalhador, nem a um consumidor. Evidentemente as

práticas da Economia Solidária não representam, em volume, um peso econômico determinante<sup>4</sup>, porém a sua dimensão quantitativa é apenas um dos aspectos da sua importância.

Ainda assim, para Gaiger (1998, p.03),

Não obstante a controvérsia sobre o alcance dessas experiências percebe-se uma gradativa mudança de enfoque. Anos atrás, [Gaiger já o dizia em 1996] eram vistas apenas como respostas emergenciais. Colocadas na larga vala do reformismo, elas poderiam, na melhor das hipóteses, valer como ação temporária. Atualmente, torna-se mais receptiva a interpretação que admite serem respostas necessárias a demandas urgentes, vendo aí ademais a base para uma reconstrução do tecido social em que vivem as classes populares, cuja tendência à decomposição, sem essa ação contra-ofensiva, alcançaria níveis intoleráveis. Sendo assim, o autor propõe compreender o solidarismo econômico como a possível gênese de uma nova forma social de produção.

Todas as microações coletivas, no âmbito da Economia Solidária, sejam elas os serviços sociais na França, os movimentos populares e cooperativistas na América Latina, comunitários na América do Norte, suscitam uma reflexão sobre a natureza do vínculo social<sup>5</sup> e sobre a finalidade da troca econômica, pois propõem reinserir a solidariedade no coração da economia ao invés de simplesmente buscar corrigir os efeitos segundo os métodos próprios do Estado social e compartilhando muitos aspectos em comum (GAIGER, 1998).

Na atual conjuntura, a Economia Solidária, mediante o recurso à reciprocidade e à formação de espaços públicos de proximidade, pode resultar determinante para a manutenção de um vínculo de civilização que funda o pertencimento a um mesmo espaço de redistribuição e de solidariedade, mas isso se relaciona com uma mudança de mentalidade, uma mudança cultural, daí a importância, tantas vezes ressaltada por Singer, da questão da educação à solidariedade e ao cooperativismo no interior das iniciativas no âmbito da Economia Solidária<sup>6</sup>.

Assim, o já clássico debate sobre o cooperativismo e Economia Social e/ou Solidária reapareceu, portanto, neste momento de reestruturação e transição tecnológica e organizacional, associado à adoção das políticas neoliberais,

<sup>4</sup> Embora também não seja insignificante, ver Gaiger (2008).

<sup>5</sup> Para questões relacionadas ao vínculo social, ver a perspectiva do M.A.U.S.S. (CAILLÈ, 1998; GOUBOUT, 1998; LEITE, 2007, 2009).

<sup>6</sup> Cabe ressaltar a esse ponto, por exemplo, a política, recentemente pensada e proposta pelo MEC em relação ao Ensino de Jovens e Adultos (EJA), ou seja, instituições públicas de ensino superior e instituições federais de educação profissional e tecnológica com ensino superior, a partir de 2009, passam a desenvolver ações de educação de jovens e adultos com ênfase na economia solidária.

remetendo às expectativas ditas “utópicas” do passado, quando o trabalho cooperado se manifestava como estratégia de transformação social baseada em ações ordenadas de solidariedade e impulsos autônomos das classes populares. Esse debate teve continuidade pela noção de Economia Social na América Latina e, hoje, sobretudo no Brasil, pela denominação de Economia Solidária (BOCAYUVA, 1997).

Segundo Singer (2000), hoje se pode distinguir entre o cooperativismo tradicional e um novo cooperativismo. Esse por sua vez traz as marcas da crise ideológica da esquerda e a necessidade de enfrentar o neoliberalismo e a crise das relações de trabalho intensificadas após a adoção, quase que hegemônica, das políticas neoliberais. Esse novo cooperativismo constitui a reafirmação da crença nos valores centrais do movimento operário, ou seja: democracia na produção e distribuição; luta direta dos movimentos sociais pela geração de trabalho e renda; luta contra a pobreza e a exclusão social.

Para Singer (2000), a Economia Solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A Economia Solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo).

Embora o modo solidário de produção e distribuição possa parecer, à primeira vista, um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias, Singer afirma que:

Na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da Economia Solidária é a cooperativa de produção cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção; gestão democrática da empresa; repartição da receita líquida; destinação do excedente anual aos cooperados. (SINGER, 2000, p.13).

No Brasil, já há algum tempo, há um perceptível aumento do interesse em cooperativas, associações de trabalhadores, empresas autogestionárias, comércio équo-solidário, troca justa, economia de comunhão e demais experiências produtivas<sup>7</sup> com vistas ao desenvolvimento de atividades produtivas solidárias.

---

<sup>7</sup> Tal interesse, empírico e prático pode ser demonstrado pelo Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil que cobriu 41% dos municípios brasileiros levantando dados sobre 21.885 empreendimentos e uma população estimada de 1.256.000 participantes. Do total, 54,5% são associações, 32,7% são cooperativas e 10,7% funcionam como grupos informais. As atividades coletivas mais comuns são a produção (61%), a comercialização (57%) e o uso de equipamentos produtivos (48%). Pode-se verificar também pelas inúmeras iniciativas ligadas às Incubadoras de Cooperativas no

A partir dos estudos realizados por Gaiger (1998, 2003, 2004, 2007) e Gaiger e Correa (2010), conclui-se que o êxito dessas iniciativas depende da sua capacidade de articular a lógica empresarial – voltada à busca de resultados por meio de uma ação planejada e pela otimização dos fatores produtivos, humanos e materiais – e a lógica solidária, de tal maneira que a própria cooperação funciona como vetor da racionalidade econômica, produzindo efeitos tangíveis e vantagens reais, comparativamente à ação individual e à cooperação técnica não-solidária.

Cresce, ademais, a convicção de que a Economia Solidária contém um grande potencial de transformação social, seja pelas experiências alternativas que metaboliza, seja por estar constituindo uma base material e um conjunto de sujeitos que poderão vir a sustentar um processo de mudança estrutural de caráter político e cultural.

Desta forma, para Gaiger (2003, p.87),

[...] o êxito econômico dos empreendimentos da Economia Solidária está vinculado a condições e fatores cujo efeito positivo decorre, proporcionalmente, do caráter cooperativo desses empreendimentos. O solidarismo e a cooperação no trabalho propiciam determinados fatores de eficiência, sendo então vetores específicos da viabilidade e competitividade dos empreendimentos que apresentam sinais consistentes de viabilidade e podem evoluir para sua auto-sustentação. A realização dos objetivos dos empreendimentos solidários não impõe mecanismos de exploração dos trabalhadores, conferindo a essas empresas uma natureza distinta do processo de produção capitalista.

O que distingue este “novo solidarismo” é a tentativa de voltar aos princípios originários do movimento cooperativista, ou seja, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade no interior da unidade produtiva, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento.

É nesse contexto que se verifica aquilo que se poderia definir como uma reinvenção da Economia Solidária. O programa da Economia Solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. O avanço da Economia Solidária, porém, não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo quando se trata do resgate de comunidades miseráveis, destituídas de todo e qualquer recurso<sup>8</sup>.

---

seio de muitas Universidades, além da Caritas, da UNITRABALHO, da Ecosol, da Rede Solidária entre outras. Ver: Gaiger (2008, p.58).

<sup>8</sup> O que no Brasil vem ocorrendo com a criação do SENAES (Secretária Nacional de Economia Solidária) bem como a criação, em 2004, do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Tais projetos e propostas ganham maior vitalidade e visibilidade devido à necessidade das classes trabalhadoras de, diante da desocupação, do desemprego e da crise econômica, encontrar saídas mais autônomas de sobrevivência, bem como pela necessidade política de evidenciar que há alternativas ao atual estado de coisas.

Uma ideia subjacente ao associativismo econômico emergente, ou ao ressurgimento e desenvolvimento da chamada Economia Solidária, é aquela de organizar o processo produtivo de maneira tal que, mesmo inserindo-se no mercado, opere numa lógica que pretende ser diversa à do capital no sentido da busca incessante pelo lucro destinado única e exclusivamente ao capitalista.

Assim admite-se que:

[...] a natureza associativa dos empreendimentos exerce uma força instituinte de condutas e valores, distintos das organizações estruturadas em relações contratuais e hierárquicas, com reflexos nas condições de trabalho, na renda e na qualidade de vida dos seus membros. Ao verificarem a presença de uma racionalidade sócio-econômica específica, tais estudos levantam igualmente indícios relevantes sobre as políticas de igualdade dos empreendimentos (GAIGER, 2008, p.79).

Singer (1998, p.125) denominará de Economia Solidária as formas de organizar a produção e/ou distribuição que aplicam como princípio a democracia na tomada de decisões e a equanimidade (justiça) na distribuição dos resultados. Nesse sentido o autor sustenta que a Economia Solidária é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível ao desemprego e à exclusão social, que o capitalismo, em sua nova fase neoliberal, exacerbou. Permanecendo em uma perspectiva marxista o autor argumenta ainda que a economia capitalista é, de fato, um espaço livre para experimentação organizacional, o que possivelmente é uma das causas do seu inegável vigor.

Por sua vez Bocayuva (1997, p.40) afirma que:

Falar em economia solidária é uma opção ético-política. Opção fundamentada na crítica da economia política, que recobra seu valor prático e analítico em face ao economicismo liberal que informa e legitima o discurso político dos nossos governantes, eles mesmos prisioneiros de suas certezas aparentes. É a forma prática de manter unificados os segmentos populares, médios e empresariais que podem apoiar uma guinada alternativa nos rumos e estratégias do desenvolvimento nacional.

Já Gaiger (1999, p.3) afirma que:

O fundamento comunitário, a que se refere a economia social, apoiado no substrato cultural com uma tradição de ajuda, resgata ainda valores e práticas deixadas no esquecimento, dando-lhes novo sentido e amplitude e propiciando uma reconstrução pessoal aos indivíduos. Estar incluído em alguma coisa tem sido o primeiro passo para a recuperação da autoconfiança, da dignidade e da autonomia. Observa-se uma ruptura no padrão paternalista, clientelista e assistencialista imperante na assistência às populações pobres, concomitantemente com uma atitude cidadã por parte das pessoas envolvidas naquelas experiências, visível na valorização do livre arbítrio, numa consciência dos direitos civis e num envolvimento ativo na sociedade.

Numa outra leitura, porém, Gadotti (1993) salienta que essas microexperiências cumpriram um papel fundamental na formação e educação de indivíduos e grupos com capacidade de ação, advinda não da assimilação dos modelos preconizados pela teoria social, mas da vivência de reorganização da vida cotidiana e, por extensão, das esferas da vida social.

Aqui, a categoria “experiência” de Thompson revela-se extremamente profícua para o estudo das iniciativas no âmbito da Economia Solidária e foi amplamente elaborada, desenvolvida e debatida por ele, seja na *Formação da Classe Operária Inglesa*, seja em *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*, ou ainda em *Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*.

Para Thompson (1997, p.182), dentro dessa categoria “experiência” os homens e mulheres reaparecem e retornam como sujeitos históricos, não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos e, em seguida, tratam, lidam, vivenciam essas experiências em sua consciência e em sua cultura.

A categoria experiência permite ainda, segundo Thompson, passar a uma exploração mais aberta do mundo e de nós mesmos, uma exploração menos restrita aos condicionamentos da análise estrutural estando, portanto, aberta a novos elementos, ou mais precisamente, aberta a elementos que fazem parte da superestrutura e que possuem uma forte relação dialética com as condições materiais de existência. A exploração deste conceito faz exigências de igual rigor teórico, mas dentro de um diálogo entre a conceituação e a confrontação empírica, mediação essa que se torna relevante para o presente artigo, uma vez que existe uma *práxis*, uma realidade ‘experencial’ nova, extremamente rica que deve ser analisada e elaborada conceitualmente, ou seja, a *práxis* do Movimento da Economia Solidária.

Em Thompson (1988), a categoria experiência é reexaminada, justamente, a partir dos densos e complexos sistemas pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão: parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias tudo o que, em sua totalidade, compreende a “genética” de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem em um ponto comum: a experiência humana, que exerce ela própria sua pressão sobre o conjunto.

Para Thompson (1988), experiência e educação/cultura são pares que constituem pontos de junção importantes, pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos. Elas também experimentam suas experiências como sentimentos e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, como reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. Williams (1980, p.110), seguindo a mesma tradição de Thompson, sustenta que:

A cultura expressa um conjunto global de modos de fazer, de ser, de interagir e de representar que, por sua vez, define o modo pelo qual a vida social se desenvolve. A cultura, assim entendida, revela a forma pela qual os homens estabelecem relações entre si e com o mundo exterior, e como interpretam essas relações, tendo por base a defesa de interesses coletivamente definidos e partilhados. A história da idéia de cultura é a história do modo por que reagimos em pensamento e em sentimento à mudança de condições por que passou a nossa vida. Chamamos cultura a nossa resposta aos acontecimentos que constituem o que viemos a definir como indústria e democracia e que determinaram a mudança das condições humanas.

O uso da categoria “experiência/cultura” torna-se de extrema importância na análise da compreensão dos fenômenos ligados ao vasto âmbito da Economia Solidária, pois tais organizações parecem portadoras de uma racionalidade econômica diferente do custo/benefício estritamente monetário, possuem uma lógica interna sustentada em tipos de comportamento e práticas sociais em que a solidariedade ocupa lugar e função central.

O que hoje começa a ser percebido [...] é a necessidade de se comprometer comunitária ou associativamente na criação e desenvolvimento de empresas



de novo cunho, organizadas conforme a uma racionalidade econômica especial, segundo a qual as formas de propriedade, distribuição de excedentes, tratamento do trabalho e demais fatores, acumulação expansão e desenvolvimento, e em geral todos os aspectos relevantes, fiquem definidos e organizados de maneira coerente com as exigências que derivam daqueles princípios e valores. E também, a necessidade de iniciar e desenvolver processos transformadores da economia global, tanto mediante a presença e a ação destas mesmas empresas alternativas como através de ações que se desenvolvem no nível do mercado e das políticas econômicas que incidem na economia global e nas suas dinâmicas de desenvolvimento. Estamos perante a demanda e a procura de uma outra maneira de fazer economia e de um outro tipo de desenvolvimento, que supõem, por sua vez, pensar a economia e o desenvolvimento de distintas maneiras. É a exigência de viver o que se crê e se pensa (RAZETO, 2003, p.103).

Iturraspe (1996, p.11, grifo nosso) declara que, em relação à Economia Solidária:

Não se trata [portanto] de construir um modelo de sociedade, de Estado, de empresa, utópico e perfeito, a ser atingido, mas trata-se de buscar táticas, estratégias e políticas concretas que permitam o avanço sistemático dentro das contradições e da realidade social e, precisamente a partir delas, dos setores sociais marginalizados do poder e da propriedade, da cultura e da tecnologia. **Uma nova concepção de empresa deve estar acompanhada por uma proposta de transformação global da economia**, que implica o questionamento do atual modelo de desenvolvimento e a necessidade de buscar novas metas e instrumentos na economia que esteja dirigida a satisfazer as necessidades essenciais e fundamentais do homem, determinadas através da planificação democrática, que permita o acesso aos bens socialmente produzidos para a maioria atualmente marginalizada. É evidente que o paradigma clássico do desenvolvimento baseado na grande empresa e na estabilidade do trabalho assalariado mostra-se inexoravelmente em causa. Tampouco se sustenta a suposição de uma tendência à homogeneização do processo produtivo.

Por sua vez, Razeto (2002) dirá entender por economia de solidariedade não um modo definido e único de organizar atividade e unidades econômicas, mas tratar-se-ia, para ele, de um processo multifacetado através do qual se incorpora solidariedade à economia, envolvendo empresas, mercado, setor público, políticas de consumo, gasto social e pessoal. O que o autor sustenta é que a solidariedade

seja introduzida na própria economia e que atue nas diversas fases do processo econômico, ou seja, na produção, distribuição, consumo e acumulação. E que seja introduzida para que compareça na teoria econômica, superando uma ausência muito notória nesta disciplina, na qual o conceito de solidariedade não aparece de forma espontânea.

Observa-se que pelo menos uma parte desta economia alternativa dá lugar a comportamentos que não correspondem àqueles do *'homo oeconomicus'* supostos pelas teorias neoclássicas, mas sim, a outros comportamentos que expressam uma cultura que se dispõe a encontrar, na comunidade e no entorno social mais próximo, os meios necessários para vivenciar o que se poderia dizer como certa reconstrução dos elementos essenciais da vida social.

O que se pode concluir é que, de fato, os sujeitos de todas as experiências que se enquadram no vasto âmbito da Economia Solidária estão procurando e espalhando uma racionalidade econômica diferente, cuja compreensão exige novos conceitos e um novo olhar da teoria econômica e sobre a teoria econômica<sup>9</sup>.

Assim, como base de qualquer elaboração intelectual, encontra-se a experiência humana multifacetada e permanentemente enriquecida com novos elementos, refletida em diversos graus pelos próprios sujeitos que a estão produzindo, compartilhada em inúmeras conversas, encontros e ocasiões de todo tipo. A partir dessa experiência é que emergem o pensamento e o conceito, e só tendo a “experiência”, a *práxis* como referência é que o trabalho intelectual encontra o seu sentido.

O potencial dessas experiências, ainda que muito já se tenha produzido, é uma questão em aberto, porém pode-se dizer que a relevância assumida pela Economia Solidária não se justifica única e exclusivamente por uma mudança de enfoque, sem maior apoio nos fatos; convém situá-la num conjunto de transformações mais amplas, de âmbito nacional e global, como já salientado no início desse artigo.

Diante da variedade de experiências existentes, algumas transcendem o patamar de subsistência e tornam-se verdadeiros empreendimentos econômicos solidários. Com base numa nova racionalidade econômica, em que se alia a cooperação e a busca de eficiência logra algum nível de acumulação e crescimento. Embora vulneráveis, alcançam estabilidade mínima e viabilidade em médio prazo. Caracterizam-se por um maior grau de organização interna, de integração ao mercado e de articulação com projetos similares, órgãos públicos e privados, entidades de assessoria, etc.

---

<sup>9</sup> Para experiências e estudos de caso ver Gaiger (2004) e Guérin (2005).

Tais experiências induzem e refletem um ambiente em mudança. Seu poder irradiador e sua tendência a multiplicar vínculos permitem que se vislumbre a gênese de uma economia popular solidária, nos interstícios da economia de mercado e em contraposição à sua lógica mercantilista.

Por tal assertiva, entende-se não um novo subsistema econômico, mas um conjunto policentrado de iniciativas as mais variadas, no campo popular, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. (RAZETO, 2001, p.45).

Obviamente, nem toda economia popular é alternativa. A economia alternativa, em primeiro lugar, orienta-se pela lógica do dom, da gratuidade, da reciprocidade, da solidariedade, a partir dos quais sustenta suas estratégias cooperativas e suas relações de troca, à diferença da lógica mercantil. Atua na junção do público e do privado. Por fim, ela concebe o desenvolvimento humano como um processo integral, sustentável, que garante a segurança imediata e propicia a ampliação das oportunidades de realização dos indivíduos.

Tem sido suficientemente demonstrado que, por meio das relações capitalistas, assim como a conhecemos, só é possível criar riqueza criando pobreza na mesma proporção, de tal forma que a ética capitalista só pode funcionar no interior da classe dominante, isto é, no interior do intercâmbio entre iguais. Daí que a igualdade de oportunidades pelo controle da propriedade ou capital, ou dito em outros termos, a democracia econômica, transforma-se em um imperativo moral na sociedade na qual nos encontramos.

Hoje há a necessidade de se desenhar uma utopia, plasmando-a em valores de referência e de conduta, de forma tal que ela possa se encarnar e se converter em força material a serviço das forças humanas que lutam pela sua emancipação.

Em se tratando de utopia encontra-se interessante uma colocação de Léfrève (apud SINGER, 1999, 74, grifo nosso?) sobre a construção de alternativas sociais. Diz o autor:

A construção de alternativas não é possível senão no calor dos embates que se desenrolam nas mais diversas dimensões e escalas que seja possível imaginar contra a economia capitalista. A **utopia experimental** é a vivência, mesmo que limitada no tempo, mesmo que limitada na qualidade daquilo que poderia ser o outro mundo. Nesse sentido é que essa expressão é também ambígua e contraditória: utopia é uma coisa que não existe; experimental é como se fosse

aquela coisa de ter o gostinho de como o mundo poderia ser diferente. E esta coisa de ter o gostinho de como o mundo poderia ser diferente é muito importante porque é um elemento fundamental de combate à desesperança.

Em um mundo onde imperam relações de competição e de domínio, os novos valores culturais, as novas normas compartilhadas, que se encontram em processo de realização prática e material, por meio de uma utopia experimental, nos dizeres de Léfrève, por via dos movimentos sociais, nesse caso específico, por via da Economia Solidária, são os valores da cooperação e solidariedade o que implica, necessariamente, referir-se à educação.

Desta forma, todas as práticas e experiências existentes no vasto campo da Economia Solidária envolvem uma mudança cultural que apenas a formação/educação pode estabelecer, daí a insistência de Singer em afirmar, em todos os seus artigos relacionados ao tema, que o sucesso da Economia Solidária está fortemente ligado à necessidade da formação cultural.

Não se pode entrar numa cooperativa com uma mentalidade capitalista. Seria o mesmo que dar continuidade ao projeto capitalista:

[...] a prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas [...]. Essa reeducação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a ES dê os resultados almejados. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, apenas em linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado dá-se co a prática, pois o comportamento econômico solidário, só existe quando é recíproco. Trata-se de uma grande variedade de práticas de ajuda mútua e de tomadas coletivas de decisão cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles se espera e o que devem esperar dos outros, (SINGER, 2005b, p.16).

Como salienta Gadotti (2009, p.35), é justamente porque a Economia Solidária é um ato pedagógico que se coloca a necessidade de construir uma pedagogia da Economia Solidária. As pedagogias clássicas não dão conta da riqueza dessa nova realidade econômico-política que está se constituindo. É preciso, por meio da formação, empoderar as pessoas pela dissolução do poder nelas, em todos e todas. Por isso a educação é essencial para o avanço da Economia Solidária. Empoderar não é ter mais poder individual, mas reinventar o poder, conquistar autonomia, ser mais.

## Considerações finais

Para concluir essas reflexões iniciais acerca da relação entre a reestruturação capitalista da sociedade e a Economia Solidária podemos salientar alguns dos desafios que se colocam para o vasto campo das experiências de solidariedade na economia.

Um grande desafio e, talvez, um dos mais difíceis, seja buscar entender como e por quais vias a Economia Solidária poderia se transformar de um modo de produção *intersticial*, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma geral e/ou hegemônica de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas.

Outros desafios dizem respeito às questões relacionadas ao financiamento e ao crédito, às políticas públicas voltadas ao setor, à questão da qualificação dos trabalhadores que atuam nesses espaços bem como a relação problemática das atividades no âmbito solidário com o mercado – embora conviesse recordar, em primeiro lugar, que o mercado responde, em sua gênese, à necessidade de intercâmbio e encontro entre povos e civilizações, não sendo em absoluto uma criação ou apanágio da economia capitalista, da mesma forma, a geração de excedentes e de benefícios, típicos das iniciativas caracterizadas como mini-empresendimentos, não são exclusividades do capitalismo.

Há ainda um grande desafio que se coloca para a Economia Solidária e que desloca o foco do campo econômico-produtivo para o campo cultural.

Para Singer (2005b) o desafio consiste na necessidade de uma (re) educação coletiva dos sujeitos envolvidos na economia solidária, essencialmente, em empoderar o grupo da convicção que a economia pode funcionar de maneira diversa da competição generalizada e que os resultados de qualquer empreendimento solidário dependem, inevitavelmente, do funcionamento da solidariedade, da cooperação, da mutualidade e da reciprocidade. Porém, é apenas por meio da *práxis* que esse aprendizado e essa nova cultura pode se estabelecer, pode ser construída.

A autogestão e a cooperação, para que de fato caracterizem a Economia Solidária, necessitam de condições específicas para sua efetiva implementação e isso só se aprende e apreende praticando; é também tendo em vista essa questão que as universidades (com mais tantos outros grupos como a UNITRABALHO e Caritas, para citar apenas dois) têm assessorado os empreendimentos econômicos solidários através de incubadoras de empreendimentos solidários que se constituem como projetos de extensão universitária, a fim de promover os valores da cooperação, autogestão, valorização do trabalho, reciprocidade, solidariedade.

Assim, pode-se evidenciar que, no movimento da Economia Solidária, há uma necessidade de construção de um espaço educativo para o desenvolvimento efetivo da cidadania propiciado por uma nova *práxis* fundada em relações solidárias, de cooperação e de reciprocidade.

### ***THE RESTRUCTURING OF CAPITALIST SOCIETY AND THE REVIVAL OF SOLIDARITY ECONOMY***

**ABSTRACT:** *This paper is the result of some reflections on the intrinsic relationship between the restructuring of capitalist society which has its beginning from the crisis of the Fordism/keynesianism mode of regulation and the 'revival' of Solidarity Economic. The article is divided into three parts. The first, seeks to address some elements that characterize the crisis of the Fordism/keynesianism mode of regulation in its crisis that opens the door for the introduction of neoliberal policies and the consequent impoverishment of labor relations. The second issue seeks to address initial thoughts about the concept of Solidarity Economy and its revival after the worsening of socio-economic impacts of neoliberalism. Lastly, the article highlights some of the challenges that lay ahead for the vast field of experience of solidarity in the economy.*

**KEYWORDS:** *Capitalist restructuring. Labor. Solidarity economy. Neoliberalism.*

### Referências

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1986.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

ASSEBUR, H. B.; GAIGER, L. I. A economia solidária e a redução das desigualdades. 2008. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/txt/desigualdades.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2008.

BARRY, B. M. **Justice as impartiality**. New York: Oxford University Press, 1995.

BOCAYUVA, P. C. C. Desenvolvimento sustentável e estratégia solidária. **Proposta**, São Paulo, v.75, p.32-47, 1997.

BOYER, R. **A teoria da regulação**: uma análise crítica. São Paulo: Nobel 1990.

CAILLÈ, A. **Il terzo paradigma**: antropologia filosofica del sono. Torino: Bollati Boringhieri, 1998.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

CHESSAIS, F. **La finance mondialise**. Paris: La Decouverte, 2004.

\_\_\_\_\_. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.5, p.1-30, dez. 1995.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1993

DE LA GARZA TOLEDO, H. Neoliberalismo e Estado. In LAURELL, A. C. (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995. p.71-89.

FREYSSINET, M. **Les modeles productifs**. Paris: La Decouverte, 2000.

GAIGER, L. I. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Otra Economía**, São Leopoldo, v.2, n.3, p.58-72, 2008.

\_\_\_\_\_. A outra racionalidade de economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n.79, p.57-77, 2007.

\_\_\_\_\_. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n.39, p 181-211, jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. I. Sobrevivência e utopia: os projetos alternativos comunitários no RS. **Cadernos CEDOPE**, São Paulo, n.10, p.22-56, 1999.

\_\_\_\_\_. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. **Contexto e Educação**, Ijuí, n.50, p.47-71, 1998.

GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I.; CORREA, A. da S. O microempreendedorismo em questão: elementos para um modelo alternativo. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v.9, n.17, p.205-230, 2010.

GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: \_\_\_\_\_. **Maquiavel**: a política do estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. p.375-413.

GRANJA, R. H. **A questão sindical a partir da perspectiva da experiência político-cultural**: os metalúrgicos em São Carlos. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –

Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Ed. LtR. 2009.

\_\_\_\_\_. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

GOUDBOUT, J. **Lo spirito del dono**. Torino: Bollati Boringhieri, 1998.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HIRATA, H. **Sobre o modelo japonês**. São Paulo; EDUSP, 1993.

HOBSBAWN, E. **L'empire, la democratie, le terrorisme**. Londres: Andre Versaille, 2009.

\_\_\_\_\_. **A era dos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOLLOWAY, J. **Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje**. São Paulo: Viramundo, 2003.

ITURRASPE, F. **Participacion cogestion y autogestion em América Latina**. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.

KURZ, R. **Com todo vapor ao colapso**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2004.

\_\_\_\_\_. **O retorno do Potemkin**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LAVILLE, J. **L'economia solidale**. Bologna: Bollati Boringhieri, 1998.

LEITE, K. C. Apontamentos e perspectivas teóricas derivadas do pensamento de Marcel Mauss e sua relevância para a análise sociológica das formas alternativas de economia. **Revista Campos: revista de antropologia social, Curitiba**, v.10, n.2. p.41-58, 2009.

\_\_\_\_\_. **Economia de comunhão: a construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e estado**. São Paulo: Annablume, 2007.

\_\_\_\_\_. **A “contra-reforma” neoliberal do capitalismo e a reestruturação das relações de trabalho**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1998.

MOLIN, N. **Sindicato e Estado no Brasil: o sindicalismo no período populista e o novo sindicalismo**. São Paulo, Nova Prova, 2009.

O'CONNOR, J. **A crise do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OFFE, C. **Contradicciones del Estado del Bienestar**. Madrid: Alianza, 1997.



OFFE, C.; JURGEN, F.; WINDRIED, V. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1980.

RAZETO, L. **Economía de solidariedad y mercado democrático**. Santiago: Universidad Bolivariana, 2003.

\_\_\_\_\_. **Las empresas alternativas**. Montevideo: Nordan, 2002.

\_\_\_\_\_. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. **Proposta**, São Paulo n.75, p.91-99, 2001.

RODRIGUÊS, L. M. **Partido, ideologia e composição social**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SINGER, P. Introdução. In: MELLO, S. L. (Org.). **Economia solidária e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOL, 2005a. p.20-36.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: INEP, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SINGER, P.; MACHADO, P. **Economia socialista**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Barcelona: Península, 1980.

## Bibliografia Consultada

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

GAIGER, L. I. Subordinação ou cidadania: os dilemas da mudança cultural nos projetos alternativos comunitários. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n.157, p.17-36, 1995.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

WILLIAMS, R. **Cultura e sociedade**: 1780-1950. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1996.

Recebido em: 30/11/2010

Aprovado em: 28/03/2011